

Nº 254

***O Sistema Financeiro Oficial e A Queda das Transferências
Inflacionárias***

Rubens Penha Cysne

Janeiro de 1995

O Sistema Financeiro Oficial e A Queda das Transferências Inflacionárias¹

Rubens Penha Cysne

Janeiro de 1995

¹ Este trabalho foi financiado com recursos do convênio Cepal/IPEA. O autor agradece ao Departamento de Pesquisa do Banco Central pela cessão de dados primários e aos estagiários Silvério Baeta Zebral Filho e Cesar Kayat Bedran pela compilação dos mesmos. Dados do Projeto Áries da Fundação Getulio Vargas foram também utilizados.

Índice

I. RESUMO CONCLUSIVO	pg. 4 a 6
II. METODOLOGIAS DE CÁLCULO DAS TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS	pg. 6 a 8
III. RESULTADOS EMPÍRICOS	pg. 8 a 16
IV. ANÁLISE FINANCEIRA SETORIAL DOS BANCOS COMERCIAIS Parâmetros de Alavancagem e Composição de Empréstimos	pg. 16 a 19
V. BANCOS ESTADUAIS - ATAQUE E DEFESA	pg. 20 a 22
VI. SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA	pg. 23 a 25
APÊNDICE 1 - Bancos Comerciais Estaduais	pg. 26
Referências Bibliográficas	pg. 27

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Transferências Inflacionárias

Descrição: Transferências Inflacionárias por Setor e Totais. Estimativas mensais, totais anuais e das médias mensais. Percentuais de participação setorial em transferências inflacionárias totais.

Período: de janeiro de 1990 a maio de 1994.

Unidade: Dados em US\$ milhões.

Fonte dos Dados originais: DEPEC/BACEN - DF

Tabela 2 - Transferências Inflacionárias por Setor - Média Mensal entre 01/90 e 05/94

Descrição: Transferências Inflacionárias por Setor e Totais entre 01/90 e 05/94. Percentuais de participação setorial em transferências inflacionárias totais.

Período: de janeiro de 1990 a maio de 1994.

Unidade: Dados em US\$ milhões.

Fonte dos Dados originais: DEPEC/BACEN - DF

Tabela 3 - Estimativa de Perdas das Transferências Inflacionárias após o Plano Real - Bancos Privados(TIP), Bancos Estaduais (TIE) e Bancos Federais (TIF)

Descrição: Queda das Transferências Inflacionárias por Setor e Totais nos três primeiros meses após o Plano Real. Extrapolação para dados anualizados.

Período: Média Mensal de "floating" anterior ao Plano: de janeiro de 1990 a maio de 1994.

Média Mensal de "floating" pós-real: de julho de 1994 a setembro de 1994.

Perda de "floating" mensal Pós-Real: de julho de 1994 a setembro de 1994.

Unidade: Dados em US\$ milhões.

Fonte: DEPEC/BACEN - DF

Tabela 4, 5 e 6 - Dados de Análise Financeira dos Bancos Privados, Estaduais e Federais

Descrição: Empréstimos para Setor Público, Setor Privado e Total, Passivo Total, Patrimônio Líquido Ajustado. Coeficientes de alavancagem Empréstimos Totais/Patrimônio Líquido Ajustado e Passivo/Patrimônio Líquido Ajustado.

Período: de dezembro 1991 a jun 1994.

Unidade: Dados até jun/93, saldos em Cr\$ milhões.

Dados de dez/93 a jun/94, saldos em CR\$ milhões

Fonte: DEPEC/BACEN-DF

Tabela 7 - Composição da Carteira dos Bancos Comerciais (Análise Setorial)

Descrição: Coeficientes de composição do endividamento Empréstimos para Setor Público / Empréstimos Totais para cada setor.

Período: de dezembro de 1991 a junho de 1994.

Unidade: Dados até jun/93, saldos em Cr\$ milhões.

Dados de dez/93 a jun/94, saldos em CR\$ milhões

Fonte de Dados originais: DEPEC/BACEN - DF

Tabela 8 - Relações Operacionais de Bancos Privados X Bancos Estaduais

Descrição: Valores Monetários Totais das Operações de Crédito efetuadas, do Patrimônio Líquido, Lucro, percentagem de créditos duvidosos tomados sobre o Patrimônio Líquido, despesas com funcionários e número de funcionários.

. Bancos Privados: Bradesco, Itau

. Bancos Estaduais e Federais: Banespa, Banerj, Banrisul, Bemge, Credireal

Período: 1º semestre de 1994.

Unidade: Dados em dólares

Fonte: Austin Assis (1994)

I - RESUMO CONCLUSIVO

Este trabalho tem por objetivo avaliar o desequilíbrio estrutural do setor bancário comercial, com particular ênfase para os bancos estaduais e federais, tendo em vista a passagem de uma inflação da ordem de 40% ao mês, relativa ao período pré-Plano Real, para algo em torno de 3 % ao mês no período inicial após o Plano. Para isto, estimamos aqui as transferências inflacionárias obtidas, respectivamente, pelos bancos oficiais federais, pelos bancos estaduais e pelos bancos privados, antes e depois da queda do patamar da inflação. Novas estimativas de alavancagem (Empréstimos/ Patrimônio Líquido Ajustado e Passivo Total /Patrimônio Líquido Ajustado), bem como os coeficientes de empréstimos ao setor público/ empréstimos totais são também apresentados para os diferentes setores bancários estadual, federal e privado.

As avaliações quantitativas aqui realizadas revelam o seguinte:

a) Entre janeiro de 1990 e maio de 1994, quando a inflação média mensal situou-se ao redor de 28,8%, as transferências inflacionárias totais para o setor bancário comercial brasileiro (juros negativos pagos por depósitos à vista menos encaixes totais) situaram-se em torno de US\$ 790,413 milhões ao mês. Deste total, cerca de 38,7% foram apropriados (em termos brutos, não líquidos) pelo sistema bancário comercial privado, cabendo ainda 32,1% ao conjunto de bancos estaduais e 29,2% aos bancos oficiais federais;

b) Considerando-se a média mensal das transferências inflacionárias de janeiro a maio de 1994 e o período de julho a setembro, imediatamente posterior ao Plano Real, a queda das transferências inflacionárias para o sistema bancário comercial foi da ordem de R\$ 9.047,652 milhões ao ano. Ainda em termos brutos, esta perda atingiu preponderantemente o sistema bancário privado (US\$ 3.728,700 milhões ao ano), seguindo-se os bancos estaduais (US\$ 2.791,020 milhões ao ano) e os bancos oficiais federais (US\$ 2.527,932 ao ano). Em termos líquidos, entretanto, o fato de os bancos privados já terem se ajustado relativamente mais, previamente ao Plano Real, para uma economia com inflação baixa, sugere que os bancos oficiais estaduais e federais serão aqueles a ter de sofrer um processo maior de ajuste; enquanto boa parte do setor bancário privado utilizava-se transitóriamente de receitas inflacionárias para majorar seus lucros e financiar seus investimentos, os bancos oficiais utilizavam-na para fazerem frente as despesas correntes que terão agora de ser drasticamente reduzidas. Observe-se ainda que os números aqui apresentados não captam o "floating"

inflacionário existente sobre depósitos não classificados como depósitos à vista. Os bancos públicos federais e estaduais têm assim uma fonte adicional de perda não incluída neste estudo, tendo em vista a existência de vários depósitos efetuados nestas instituições por parte do setor público ou setor estatal, em alguns casos com remuneração nula e em outros com remuneração bem abaixo da inflação.

c) Tomando-se como base o parâmetro Empréstimos/Patrimônio Líquido Ajustado, os bancos privados apresentam um grau de alavancagem bem mais reduzido do que os federais, e estes ainda mais reduzido do que os estaduais; em junho de 1994, por exemplo, os bancos privados apresentavam um valor de 3,37 para este coeficiente, enquanto os bancos estaduais e federais mostravam valores de, respectivamente, 15,48 e 7,09.

d) No tocante ao parâmetro Passivo/Patrimônio Líquido Ajustado, tem também o setor privado mostrado uma administração mais cautelosa relativamente aos bancos estaduais e federais;

e) A relação de Empréstimos para o setor público/Empréstimos Totais, como seria de se esperar, é também muito maior para os bancos públicos do que para os bancos privados. De dezembro de 1990 a junho de 1994, por exemplo, tomando-se como base os balanços semestrais consolidados, os bancos privados apresentaram para este coeficiente valores entre 0,02 e 0,06, os bancos estaduais situando-se entre 0,35 e 0,61 (com exceção de julho de 1994, onde se apresentou um coeficiente de 0,17) e os bancos federais entre 0,16 e 0,21.

Dados os números aqui apresentados e supondo-se a manutenção da inflação em patamares reduzidos daqui para frente, conclui-se que o sistema bancário comercial brasileiro terá de ser seriamente redimensionado, além de reorientado para novas formas de financiamento de suas atividades. A parte maior do ajuste certamente caberá, como mencionamos anteriormente, ao setor bancário estadual e federal.

A história pregressa de tentativas de ajuste dos bancos estaduais mostra que o regime de administração compartilhada em que o poder decisório volta ao governo estadual após um certo tempo não tem funcionado. Dado que o Tesouro terá que fazer transferências a várias instituições estaduais para impedir problemas graves no sistema financeiro, a solução para o desajuste destes bancos, obviamente, deveria envolver pagamentos de mesma monta para o Tesouro, por parte dos governos estaduais, que

são os acionistas majoritários responsáveis por estas instituições (por exemplo, através da passagem de controles acionários de bancos e/ou estatais estaduais para União, da retenção das transferências de impostos para os estados etc...). Após isto, a privatização e proibição de abertura de novos bancos estaduais mostra-se no momento aconselhável.

Quanto ao setor bancário federal, seu saneamento deve, inicialmente basear-se em quatro frentes: capitalização da Caixa Econômica Federal, tendo em vista os passivos a descoberto do FCVS e FGTS, com recursos da privatização; severo redimensionamento do Banco do Brasil, com redução do quadro de pessoal e do número de agências, privatização do Banco Meridional e fusão do Banco da Amazônia (BASA) com o Banco do Nordeste (BNB).

II - METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS

Define-se como "floating inflacionário" ou transferências inflacionárias para os bancos comerciais (TI), os juros reais negativos pagos pelo excedente dos depósitos à vista emitidos por estes sobre o total de seus encaixes, sejam aqueles depositados no Banco Central ou mantidos em caixa pelas agências bancárias. Mostra-se em Cysne (1994) que tais transferências inflacionárias apresentaram em média, entre 1947 e 1992, quando a inflação situou-se em torno de 86 %, um valor ao redor de 1,94 % do PIB. Em dólares constantes de 1987, este valor apresenta-se, historicamente, em torno de 3,78 bilhões ao ano.

A avaliação desses ganhos inflacionários por parte do sistema bancário é fundamental quando se tentam analisar os ajustes necessários para a existência do mesmo em um ambiente de inflação baixa. O sistema financeiro brasileiro apresenta um valor adicionado em torno de 10,5 % do PIB, quando em países como a Alemanha e os Estados Unidos este valor situa-se ao redor de 2,5 %. Certamente, um dos fatores explicativos para tal assimetria é o elevado nível de inflação pertinente à economia brasileira. Simonsen e Cysne (1994) calculam, em decorrência desta concentração de recursos no sistema financeiro, em detrimento das demais atividades produtivas, uma perda de bem estar média anual, para uma inflação que se situasse no longo prazo em torno de 86 % (média 1947-1992), em torno de 3,3 % do PIB.

Quando se considera o problema dos bancos estaduais e dos bancos oficiais federais, a estimativa destas transferências inflacionárias por setores, respectivamente estadual, federal e privado, nos permite avaliar o montante de ajuste necessário, seja em termos de redução do quadro de pessoal, aumento da qualificação dos créditos efetuados, ou diminuição do número de agências, para a sobrevivência destas instituições num ambiente de inflação baixa.

Os ganhos aqui avaliados representam ganhos brutos, e não ganhos líquidos do sistema bancário, em decorrência da inflação. Isto porque parte destes ganhos volta para o sistema não bancário da economia sob a forma de alíquotas bancárias reduzidas, reciprocidades creditícias e/ou outras facilidades que teriam um custo mais elevado para o público na ausência de inflação. Em adição, é importante lembrar que medimos aqui apenas os reflexos dos ganhos de receita bruta para os bancos comerciais devidos aos juros reais negativos pagos ao excedente dos depósitos à vista sobre os encaixes totais. Reflexos da inflação sobre o "spread bancário" associado a outras operações ativas e passivas dos bancos comerciais não são levados em consideração.

A metodologia usada para o cálculo das transferências inflacionárias para os bancos comerciais pode ser obtida em Simonsen e Cysne (1989 ou terceira edição, no prelo) ou em Cysne (1993).

Se $B(t)$ e $P(t)$ representam, respectivamente, o excesso de depósitos à vista sobre os encaixes totais de um determinado banco ou setor bancário, as transferências inflacionárias entre os instantes de referência 0 e 1, em moeda de poder aquisitivo do instante j (TI_j), são dadas por:

$$TI_j = P_j \int_0^1 \frac{B(t)}{P(t)^2} \cdot \frac{dP(t)}{dt} dt$$

Como exemplo, se $B(t)$ permanece constante em termos reais, obtém-se:

$$TI_j = P_j \frac{B_j}{P_j} \int_0^1 \frac{1}{P(t)} \frac{dP}{dt} dt = B_j \cdot \ln(1 + \pi)$$

Sendo $\pi = (P_1 - P_0) / P_0$ a taxa periódica da inflação.

A fórmula acima costuma ser utilizada para um cálculo aproximado da transferência inflacionária. Afora as hipóteses simplificadoras arbitrárias sobre a evolução no tempo da base monetária e do nível de preços, expressão anterior de TI_j , deve ser aproximada por somatórios e cálculos computacionais. Se i representa a taxa nominal e r a taxa real de juros, tem-se, por definição, que:

$$1 + r = (1 + i) / (1 + \pi)$$

Como a moeda paga juros nominais nulos, a taxa de juros real paga pela moeda é dada por $\pi / (1 + \pi) = (P_{t+1} - P_t) / P_{t+1}$. O montante de juros reais incidentes sobre o estoque monetário B em moeda do instante j é dado multiplicando-se $P_j(B/P)$ pelo juro real, obtendo-se $P_j \left(\frac{B_t}{P_t} - \frac{B_t}{P_{t+1}} \right)$.

III - RESULTADOS EMPÍRICOS

Os bancos comerciais oficiais federais a que fazemos menção neste texto são constituídos por:

A) Banco do Brasil: sociedade de economia mista em que o governo federal detém o controle majoritário. Além de banco comercial, o Banco do Brasil é também um dos principais executores do governo na área de fomento, destacando-se aí as operações de repasse de recursos e crédito próprio ao setor agrícola;

B) Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB): além de repassadores de fundos específicos de desenvolvimento para estas regiões, tais bancos operam também como bancos comerciais, com agências para captação não apenas nas áreas geográficas mencionadas em seus nomes, mas também fora das mesmas. Originalmente, o Banco da Amazônia (BASA) surgiu para gerir recursos da SUDAM, voltados para o desenvolvimento da Amazônia; o Banco do Nordeste do Brasil, por sua vez, destinava-se a gerir recursos da SUDENE, a agência voltada para o desenvolvimento do Nordeste.

C) Caixa Econômica Federal: instituição que assumiu as operações do extinto Banco Nacional de Habitação, é hoje em dia o principal órgão de política habitacional do

governo. Capta também depósitos à vista em suas agências, o que lhe confere o status de banco comercial federal;

D) Banco Meridional: originalmente um banco privado, o banco meridional passou a controle federal após intervenção do Banco Central. Localizado no Rio Grande do Sul, o Banco Meridional não se caracteriza por tarefas desenvolvimentistas ou de fomento, mas fundamentalmente pela sua atuação no varejo, dentre outras, captando depósitos à vista e a prazo.

Uma outra instituição financeira federal importante é o BNDES, que não é citado acima por não se constituir em banco comercial. De todas as instituições financeiras estaduais acima mencionadas, a mais importante, tanto em termos de captação de depósitos à vista quanto de atividades de crédito e fomento, é o Banco do Brasil.

Os bancos comerciais estaduais, por sua vez, compõem-se de 26 instituições, listadas no apêndice 1. Deve-se observar ainda que tais bancos comerciais, por sua vez, costumam deter a maior parte das ações em instituições financeiras associadas, tais como distribuidoras de títulos e valores imobiliários, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de arrendamento mercantil, corretoras de câmbio, título e valores imobiliários, etc.

Utilizando-se a metodologia anteriormente descrita obtém-se a tabela 1 abaixo, que apresenta as transferências inflacionárias para os bancos comerciais privados (TIP), para os bancos estaduais (TIE) e para os bancos oficiais federais (TIF), mês a mês, entre janeiro de 1990 e maio de 1994.

Para cada ano calculam-se, relativamente a cada setor bancário, o total das transferências inflacionárias (TIT), bem como a sua média mensal. Os dados são apresentados em milhões de dólares, bem como, no caso dos três diferentes setores, em termos de sua participação nas transferências inflacionárias totais. Para o ano de 1994 o total e a média em cada coluna contempla apenas os dados de janeiro a maio.

TABELA 1

TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS - Dados mensais (US\$ Milhões)							
Período	T IP	%	T IE	%	T IF	%	T IT
1990							
jan/90	275.746	28,3	346.249	35,5	352.912	36,20	974.907
fev/90	746.011	47,8	492.581	31,5	323.667	20,72	1562,260
m ar/90	351.199	42,2	253.127	30,6	226.428	27,19	832,754
abr/90	229.014	39,0	205.197	35,0	152.808	26,03	587,019
m ai/90	142.020	27,5	240.106	46,4	134.860	26,09	516,987
jun/90	247.894	32,3	300.753	39,2	219.155	28,54	767,801
jul/90	339.118	41,7	290.120	35,7	184.484	22,67	813,722
ago/90	325.804	39,8	263.829	32,3	228.132	27,90	817,765
set/90	336.225	35,8	322.285	34,3	281.939	29,98	940,449
out/90	356.360	39,0	307.759	33,7	248.867	27,26	912,986
nov/90	302.966	35,4	232.691	27,2	320.919	37,47	856,575
dez/90	356.385	39,1	303.632	33,3	251.657	27,60	911,674
T total	4008.740	38,2	3560.330	33,9	2925.828	27,9	10494.899
Média	334.062		296.694		243.819		874,575
1991							
jan/91	307.469	39,5	279.418	35,9	191.286	24,58	778,173
fev/91	194.280	40,5	148.371	30,9	136.889	28,55	479,540
m ar/91	196.160	38,4	160.995	31,5	154.004	30,13	511,159
abr/91	144.135	37,8	130.443	34,2	106.942	28,03	381,520
m ai/91	191.902	34,6	197.612	35,7	164.449	29,69	553,963
jun/91	298.735	39,8	235.120	31,4	215.928	28,80	749,783
jul/91	335.167	43,7	237.207	30,9	194.319	25,35	766,693
ago/91	311.147	38,0	248.819	30,4	258.149	31,55	818,116
set/91	460.052	32,6	425.194	30,1	525.605	37,25	1410,851
out/91	258.787	30,5	273.167	32,2	316.936	37,34	848,890
nov/91	272.081	40,1	238.535	35,2	167.805	24,73	678,420
dez/91	411.182	43,3	277.950	29,3	259.576	27,36	948,708
T total	3381.096	37,9	2852.833	32,0	2691.887	30,2	8925,815
Média	281.758		237.736		224.324		743,818
1992							
jan/92	272.932	37,5	248.173	34,1	207.173	28,45	728,279
fev/92	203.108	31,1	200.188	30,6	250.126	38,28	653,422
m ar/92	176.279	36,0	162.880	33,2	151.069	30,82	490,227
abr/92	181.724	31,8	207.675	36,4	181.397	31,78	570,796
m ai/92	207.221	37,2	191.407	34,4	158.077	28,40	556,706
jun/92	282.780	40,8	216.194	31,2	194.343	28,03	693,317
jul/92	278.110	40,6	225.490	32,9	182.096	26,56	685,696
ago/92	358.849	41,8	270.610	31,5	228.785	26,66	858,244
set/92	251.780	34,1	222.118	30,1	264.110	35,79	738,008
out/92	245.533	39,7	177.355	28,7	194.932	31,55	617,820
nov/92	320.518	42,2	239.596	31,6	198.745	26,19	758,859
dez/92	313.360	42,5	235.615	31,9	189.100	25,62	738,076
T total	3092.195	38,2	2597.301	32,1	2399.953	29,7	8089,449
Média	257.683		216.442		199,996		674,121
1993							
jan/93	251.531	41,2	221.016	36,2	138.363	22,65	610,910
fev/93	318.376	39,9	260.711	32,7	218.995	27,44	798,082
m ar/93	220.414	33,3	267.221	40,4	173.792	26,28	661,426
abr/93	313.510	35,1	246.352	27,6	332.315	37,25	892,177
m ai/93	358.970	40,2	237.957	26,6	296.261	33,17	893,188
jun/93	271.883	33,6	249.095	30,8	287.711	35,58	808,689
jul/93	345.415	42,7	229.243	28,3	234.137	28,95	808,796
ago/93	335.056	41,1	233.272	28,6	246.225	30,23	814,554
set/93	327.637	41,2	243.892	30,7	223.983	28,16	795,511
out/93	303.145	46,4	205.841	31,5	144.761	22,14	653,747
nov/93	388.321	44,1	271.203	30,8	220.912	25,09	880,436
dez/93	316.192	34,0	288.303	31,0	326.352	35,06	930,847
T total	3750.449	39,3	2954.106	30,9	2843.808	29,8	9548,364
Média	312.537		246,176		236,984		795,697
1994							
jan/94	421.478	46,2	269.518	29,5	222.183	24,33	913,179
fev/94	445.442	39,2	445.274	39,1	247.052	21,71	1137,768
m ar/94	346.492	40,1	269.081	31,2	247.449	28,67	863,022
abr/94	306.348	36,4	230.874	27,4	304.314	36,16	841,536
m ai/94	472.362	43,8	276.680	25,7	328.807	30,51	1077,849
T total	1992.123	41,2	1491.427	30,9	1349.804	27,93	4833,354
Média	398.425		298,285		269,961		966,671

Fonte de Dados Primários: DEPEC - BACEN/DF

Obs: Os dados monetários utilizados para os cálculos aqui apresentados referem-se a dados em final de período, e não à média mensal dos saldos diários. Para compensar-se este fato, utilizou-se a taxa de câmbio centrada ao final de cada mês tomando-se como base a média mensal dos valores diários dos dois meses adjacentes. Os dados relativos às médias mensais dos saldos diários de depósitos à vista e encaixes totais não se encontram disponíveis de forma separada por setores (privado, estadual e federal) no BACEN, mas apenas na forma consolidada.

Tomando-se como base o IGP-DI, as taxas de inflação nos anos de 1990, 1991, 1992 e 1993 foram de, respectivamente, 1.476,6 %, 480,2 % , 1.158,0 % e 2.708,0 %. Em 1994, as taxas mensais de janeiro a maio situaram-se na faixa de 41,0 a 44,8 %. Neste período, as transferências inflacionárias totais mensais variaram entre 674,121 e 966,671 milhões de dólares, o valor mais baixo tendo ocorrido em 1992 e o valor mais alto no período mais recente, em 1994. Para os bancos privados estes limites de transferências inflacionárias mensais situaram-se entre 257,683 e 398,425 milhões de dólares, tendo esta faixa sido de, respectivamente, 216,442 a 298,285 no caso dos bancos estaduais e 199,996 a 269,961 milhões de dólares no caso dos bancos oficiais federais. Em todos estes casos, o mínimo ocorreu em 1992 e o máximo em 1994.

A tabela 2 abaixo apresenta a média, relativa ao período janeiro de 1990 a maio de 1994, dos dados acima expostos.

TABELA 2

Tranferências Inflacionárias por Setor
(Média Mensal entre 01/90 e 05/94)

TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS (US\$)							
Período	TIP	%	TIE	%	TIF	%	TIT
Janeiro 90 / Maio 94							
Total	16224,604	38,7	13455,997	32,1	12211,280	29,2	41891,881
Média	306,125		253,887		230,402		790,413

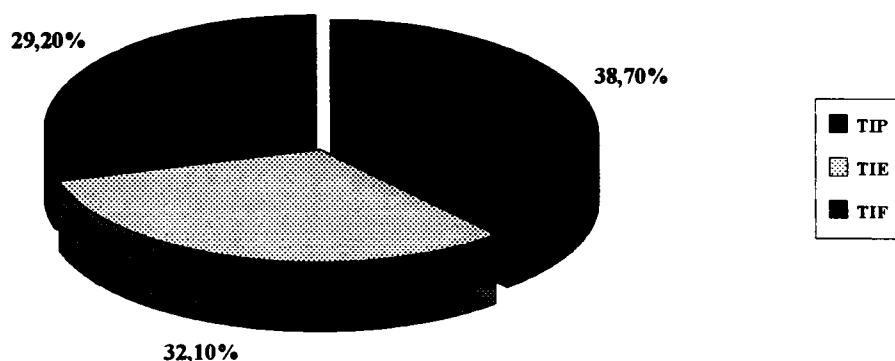
Com relação a esta tabela vale a pena ressaltar dois fatos. Primeiro, os montantes absolutos das transferências inflacionárias captadas pelos bancos privados, estaduais e oficiais federais, que situaram-se, em média, respectivamente, na ordem de U\$306, U\$254 e U\$230 milhões mensais. Segundo, obtém-se uma estimativa da participação relativa de cada um destes setores nas transferências inflacionárias totais. Os bancos privados obtiveram em média algo em torno de 38,7 %, os estaduais 32,1 % e os oficiais federais 29,2 %.

É interessante observar que estes números não se distanciam muito da participação relativa de cada um dos diferentes setores bancários no que diz respeito ao seu conjunto de agências. Dados levantados pelo Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF registram que do total de 18.331 agências bancárias existentes em junho de 1992, os bancos privados respondiam por 8.270 agências (45,1%), os bancos estaduais por 4.567 estabelecimentos (24,9 %), enquanto que os bancos federais respondiam por 5.494 agências (30,0 %). Esses dados já levam em consideração a redução, ocorrida desde 1986, do número de agências dos bancos privados de 50 % para 45,1 % do total, bem como o aumento do número de estabelecimentos das instituições públicas federais em torno de 5 %.

O gráfico 1 abaixo permite uma visualização dos montantes relativos de transferências inflacionárias captadas pelos diferentes setores bancários.

GRÁFICO 1

Transferências Inflacionárias
Bancos Privados (TIP), Estaduais (TIE) e Federais (TIF)
Jan 90 / Maio 94



A próxima pergunta a ser respondida diz respeito não apenas à mensuração das transferências inflacionárias por setor pré-Plano Real mas também, tendo em vista que a inflação posterior ao Plano, embora bastante reduzida, tem sido diferente de zero, à parte que se deve subtrair deste montante para se obter o "floating inflacionário" efetivamente perdido com a queda da inflação para o nível observado nos três meses posteriores ao início do Plano Real. A tabela 3 abaixo apresenta os números que traduzem efetivamente, por setor, esta perda das transferências inflacionárias.

TABELA 3

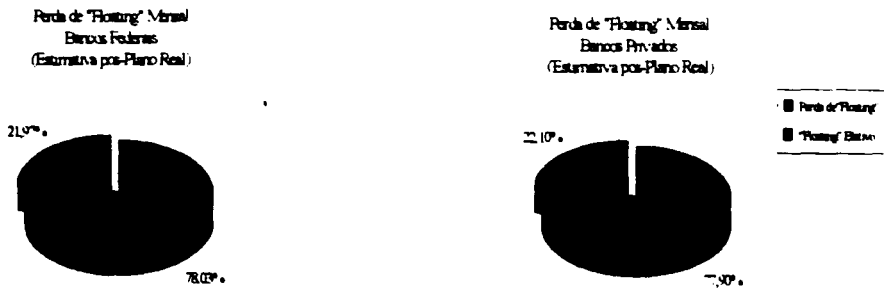
**ESTIMATIVA DE PERDAS DAS TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS APÓS O PLANO REAL
BANCOS PRIVADOS (TIP), BANCOS ESTADUAIS (TIE) E BANCOS FEDERAIS (TIF)**

Dados em milhões de dólares

PERÍODO	TIP	%	TIE	%	TIF	%	TIT
							(Total)
1994							
Média Mensal (Janeiro a Maio)	398,425	41,22	298,285	30,86	269,961	27,93	966,671
Média Mensal Pós-Real (Julho a Setembro)	87,700	41,23	65,700	30,89	59,300	27,88	212,700
Perda de "floating" Mensal (Média - Julho a Setembro)	310,725	41,21	232,585	30,85	210,661	27,94	753,971
Perda de "floating" Anual (Extrapolação dos Resultados de Julho a Setembro)	3.728,700	41,21	2.791,020	30,85	2.527,932	27,94	9.047,652

Os gráficos 2 e 3 a seguir permitem a visualização destas perdas para os setores que nos interessam mais de perto, quais sejam, os bancos estaduais e os bancos oficiais federais.

GRÁFICOS 2 e 3



Os números de perda de "floating" apresentados nas duas últimas colunas da tabela 3 levantam a séria questão do ajuste necessário para essas instituições financeiras, no que diz respeito à sua sobrevivência em um mundo de preços estáveis ou próximos disso. Se estas instituições bancárias, seja a nível estadual ou federal, já apresentavam problemas antes da queda da inflação, quando muitas vezes o patrimônio líquido saneado (que leva em consideração a depuração de ativos inconsistentemente reportados) calculado pelo Banco Central já era negativo², pode-se prever a gravidade de seu problema nas circunstâncias atuais, após perdas mensais de "floating inflacionário" da ordem de 232 milhões de dólares (bancos estaduais) e 211 milhões de dólares (bancos federais). Esta questão foi explicitada qualitativamente pelo então futuro presidente do Banco Central do Brasil, Persio Arida (1994), que, quando de sua sabatina no Congresso, defendeu a extinção dos bancos estaduais exclamando: "Se eles já não conseguiam ser lucrativos com uma inflação de 40% ao mês, imaginem agora, com preços próximos da estabilidade". Os dados aqui reportados provêem o necessário suporte quantitativo a esta declaração.

² Segundo a diretoria de fiscalização do BACEN, em estudo dos balanços de junho de 1991, dezembro de 1991 e junho de 1992 dos dados patrimoniais consolidados de sete bancos estaduais, uma Caixa Econômica e sete bancos de desenvolvimento, a discrepância observada entre o patrimônio líquido ajustado reportado por tais instituições e o patrimônio líquido saneado (que expurga os créditos duvidosos) foi da seguinte ordem (em milhões de dólares):

	JUN/91	DEZ/91	JUN/92
PLA	2.495	2.792	3.095
PL Saneado	(5.788)	(3.001)	(1.985)

Fonte: Almeida de Souza (1994)

O mesmo critério, quando aplicado aos bancos privados, implicou numa redução do patrimônio líquido ajustado de apenas 11 %.

Efetuamos aqui mensurações que indicam a necessidade de um severo ajuste do setor bancário como um todo uma vez que se mantenham os níveis de inflação pós-Plano Real. Um importante fato a ser salientado é que o ajuste necessário para o setor bancário público é bem maior do que aquele relativo aos bancos privados. Isto se deve a basicamente duas razões. A primeira é que os números aqui levantados apenas se referem ao "floating" perdido pelo excesso de depósitos à vista sobre encaixes totais. Ocorre que os bancos públicos apresentam um montante muito maior de depósitos oriundos do setor público, não classificados como depósitos à vista, que rendem juros nominais nulos ou próximos disso. Este representa um "floating" adicional àquele aqui calculado, relativamente maior para os bancos públicos do que para os bancos privados, que será também reduzido com a queda da inflação.

Em segundo lugar, cabe lembrar que o ajuste necessário do setor bancário tendo em vista a queda da inflação deve ser proporcional à perda de "floating" líquida, e não àquela bruta aqui calculada. Neste sentido, os bancos públicos estão também em severa desvantagem. Isto porque, enquanto os bancos privados se viam obrigados, por uma questão de concorrência, a devolver parte do "floating" obtido sob a forma de serviços providos a custos reduzidos e reciprocidades, os bancos públicos, monopolistas de vários depósitos do setor público, eram obrigados a dar em troca muito menos ao setor não bancário da economia pela obtenção de seus depósitos. Ou seja, as perdas líquidas dos bancos públicos com a queda da inflação em muito superarão as perdas líquidas do setor bancário privado. Araujo (1994) chama a atenção para a relevância empírica deste fato.

IV- ANÁLISE FINANCEIRA SETORIAL DOS BANCOS COMERCIAIS - Parâmetros de Alavancagem e Composição de Empréstimos.

As tabelas 4, 5, 6 e 7 a seguir apresentam, para os bancos comerciais privados, estaduais e federais, alguns parâmetros de análise financeira. Nas tabelas 4, 5 e 6, vale a pena nos determos sobre as duas últimas colunas, que apresentam os parâmetros de alavancagem Empréstimos/Patrimônio Líquido Ajustado e Passivo/Patrimônio Líquido Ajustado.

Como salientamos no resumo deste trabalho, observa-se claramente, nos dois casos, uma administração bem mais conservadora e cautelosa por parte dos bancos privados relativamente aos bancos estaduais e federais. Entre dezembro de 1991 e junho de 1994, utilizando-se dados semestrais de final de período, o primeiro coeficiente nunca passou de 5 (cinco) no caso dos bancos privados, embora tenha se mostrado sempre superior a 6 (seis) no caso dos bancos estaduais (a variação vai de 6,01 a 15,48). Os bancos federais, com valores entre 4,06 e 7,09, situam-se em um meio termo entre as duas outras categorias. Passando-se ao coeficiente Passivo/Patrimônio Líquido Ajustado tem-se também uma preponderância dos valores relativos aos bancos estaduais sobre os bancos privados, embora agora os bancos federais apresentem-se como os mais alavancados.

TABELA 4
Dados de Análise Financeira dos Bancos Privados

BANCOS PRIVADOS (PRIV)							
	Empréstimos			Passivo Total (Pass)	PL Ajustado (PL)	Emp/PL	Passivo/PL
	Setor Público	Setor Privado	Total				
1991 Dez	1.642.365	27.608.947	29.251.312	76.293.839	11.685.382	2,50	6,80
1992 Jun	4.803.387	102.633.329	107.436.716	362.827.816	41.365.964	2,60	8,77
1992 Dez	18.515.601	429.806.561	448.322.162	1.316.411.402	160.588.432	2,79	9,30
1993 Jun	94.566.238	2.070.247.761	2.164.813.999	7.065.351.719	766.022.127	2,83	9,32
1993 Dez	501.268	23.242.312	23.743.580	45.253.155	4.758.359	4,99	2,51
1994 Jun	5.002.857	140.182.676	145.185.533	469.649.687	43.137.179	3,37	8,80

TABELA 5
Dados de Análise Financeira dos Bancos Estaduais

BANCOS OFICIAIS ESTADUAIS (OE)							
	Empréstimos			Passivo Total (Pass)	PL Ajustado (PL)	Emp/PL	Passivo/PL
	Setor Público	Setor Privado	Total				
1991 Dez	10.341.911	6.986.329	17.328.240	25.892.369	2.881.776	6,01	8,90
1992 Jun	39.096.794	24.724.980	63.821.774	99.922.685	10.321.410	6,18	9,00
1992 Dez	156.145.007	118.983.534	275.128.541	383.594.133	38.307.228	7,18	10,01
1993 Jun	723.083.272	776.694.222	1.499.777.494	1.825.642.823	179.111.205	8,37	10,19
1993 Dez	4.185.975	7.620.896	11.806.871	10.758.088	1.113.594	10,00	9,66
1994 Jun	26.605.464	127.270.825	153.876.289	84.465.903	9.939.607	15,40	8,90

TABELA 6
Dados de Análise Financeira dos Bancos Federais

BANCOS OFICIAIS FEDERAIS (OF)							
	Empréstimos			Passivo Total (Pass)	PL Ajustado (PL)	Emp/PL	Passivo/PL
	Setor Público	Setor Privado	Total				
1991 Dez	5.934.658	30.638.791	36.573.449	94.819.915	9.002.544	4,06	10,53
1992 Jun	27.765.234	116.550.533	144.315.767	331.257.744	29.305.735	4,92	11,30
1992 Dez	110.366.514	487.931.639	598.298.153	1.248.720.519	93.730.596	6,38	13,32
1993 Jun	499.291.156	2.258.471.370	2.757.762.526	5.750.182.427	400.470.490	6,89	14,36
1993 Dez	3.193.641	15.052.464	18.246.105	36.189.025	2.654.534	6,87	13,63
1994 Jun	32.459.138	124.149.607	156.608.745	307.752.200	22.095.078	7,09	13,83

Fonte de Dados Primários: DEPEC - Banco Central do Brasil (ESTFIN COSIF)
Unidades Monetárias: Até Jun 93, saldos em Cr\$ Milhões, Dez 93 a Jun 94, saldos em CRS Milhões
Notas: As quantidades sob a rubrica "Passivos Totais" excluem compensação.
As estatísticas incluem bancos comerciais, bancos múltiplos, CEF e caixas econômicas estaduais

V - BANCOS ESTADUAIS - ATAQUE E DEFESA

Argumentos a favor e contra a existência de bancos estaduais podem ser encontrados, dentre outros, em Werlang e Fraga Neto (1993) e Papageorgiou (1993).

Werlang e Fraga Neto (1993) chamam a atenção, do ponto de vista microeconômico, para o risco relativamente elevado assumido pelos administradores das instituições financeiras estaduais, em decorrência do seu demasiado curto horizonte de planejamento, fundamentalmente calcado em variáveis políticas.

Macroeconomicamente, este fato, conjuntamente à passividade do Banco Central, e à descoordenação fiscal ente os diferentes estados, implica uma endogeneidade da evolução dos agregados monetários incompatível com uma economia que almeja estabilidade de preços.

Uma evidência empírica neste sentido pode ser obtida através da análise dos fatores condicionantes da expansão da base monetária após o Plano Real. Entre 01.10.94 e 11.12.94 a assistência financeira de liquidez aos bancos (redescoto) foi, conjuntamente às operações com títulos federais, o principal motivo de crescimento do passivo monetário do Banco Central. Enquanto a expansão da base (ou de M2) nesta fase posterior ao Plano respondeu por apenas R\$ 165 milhões, o desconto apresentou uma variação positiva da ordem de R\$ 1,53 bilhões entre estas datas. Não dispomos de dados que mostrem o quanto desta variação foi utilizada para cada um dos três setores bancários que estamos analisando. Mas pode-se inferir, do noticiário econômico do período, que boa parte destes recursos devem ter sido destinados ao financiamento da posição crítica de alguns bancos estaduais após a perda das transferências inflacionárias (BANESPA, BANEPA e BANRISUL, sendo os mais visíveis neste contexto).

Papageorgiou (1993), por outro lado, contrapondo-se à usual defesa dos bancos estaduais baseada na necessidade da presença de bancos onde o setor privado não consegue atuar, chama a atenção para os custos associados aos benefícios das instituições bancárias públicas em pequenas comunidades. Segundo sua análise, os custos costumam superar os benefícios.

A todos estes pontos, vários argumentos podem ser colocados contra a existência de bancos estaduais nos moldes atuais.

Em toda esta análise, é importante observarmos que os valores de Patrimônio Líquido Ajustado baseiam-se em estatísticas fornecidas pelos mesmos ao Banco Central, que muitas vezes refletem uma avaliação dos ativos superior ao seu valor efetivo ditado pelo mercado (vide a nota de pé de página anterior). Conclui-se daí que a situação financeira dos bancos estaduais também por este motivo pode ser muito pior do que aquela aqui refletida.

Uma outra colocação interessante diz respeito aos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais ao setor público. A Tabela 7 a seguir confirma a suposição generalizada de que os bancos estaduais e federais são bem mais pródigos neste sentido, relativamente ao total de seus ativos, de que os bancos privados.

TABELA 7
Composição da Carteira dos Bancos Comerciais
(Análise Setorial)

Empr. para Set. Público / Empr.Totais			
Período	Privados	Estaduais	Federais
1991 Dez	0,06	0,60	0,16
1992 Jun	0,04	0,61	0,19
1992 Dez	0,04	0,57	0,18
1993 Jun	0,04	0,48	0,18
1993 Dez	0,02	0,35	0,18
1994 Jun	0,03	0,17	0,21

Fonte dos Dados Primários: DEPEC - Banco Central do Brasil

Nota: As estatísticas incluem bancos comerciais, bancos múltiplos, CEF e caixas econômicas estaduais

Na próxima seção apresentaremos dados que colocam os bancos estaduais em posição nitidamente inferior aos bancos privados, no que diz respeito à qualidade do crédito concedido. Um dos motivos deste fato reside nos empréstimos destes primeiros aos governos estaduais, seus controladores, efetuados por interesses políticos, e não orientados por análises técnicas. A Tabela 7 anterior permite uma visualização clara deste processo.

Em primeiro lugar, não costuma funcionar no caso destas instituições financeiras públicas o mecanismo de auto-regulação inerente à atividade bancária. Quando um banco comercial privado alavanca em demasiado seus empréstimos duvidosos em relação ao seu patrimônio líquido, os poupadores e o restante do sistema financeiro começam a exigir "spreads" adicionais ao financiamento daquele, o que estipula limites naturais a suas operações de alto risco.

No caso dos bancos comerciais estaduais, entretanto, a retração dos poupadores não tem a mesma intensidade devido ao fato de estes se fiarem implicitamente em um socorro de última instância do Banco Central à instituição financeira estadual em questão. Como mostraram recentemente as intervenções no Banespa e Banerj, os poupadores não costumam errar ao supor este socorro emergencial de última instância.

Quanto ao retraimento das outras instituições financeiras ao financiamento das posições de risco dos bancos estaduais, pode-se dizer que este ocorre em certa medida, principalmente por parte das instituições privadas, mas não no que diz respeito ao financiamento de última instância, realizado a custos não suficientemente coercitivos, seja pelo Banco do Brasil ou pelo Banco Central. O recente caso da troca de títulos estaduais por títulos federais, realizada pelo Banco Central para o Banespa ao final de 1994, poupando-lhe o pagamento de "spreads" de risco aos financiadores privados, bem como o seu financiamento diário por parte do Banco do Brasil, são um exemplo clássico deste tipo de procedimento.

Tal assimetria comportamental por parte dos bancos estaduais constitui-se também em um severo óbice à instituição do seguro de depósitos por parte do setor privado.

No que diz respeito à eficiência operacional, as comparações entre o setor bancário comercial privado e público quase sempre depõem contra o último e a favor do primeiro.

Tomemos, por exemplo, o relatório Austin Assis (1994), publicado em vários jornais, por exemplo, no Jornal do Brasil, edição de 14/12/94, resumido na Tabela 8 abaixo.

TABELA 8

RELAÇÕES OPERACIONAIS DE BANCOS PRIVADOS x BANCOS ESTADUAIS

Bancos Públicos	Op. Crédito	Pat. Liq.	Lucro	Crédito Duvidoso	Desp.p func.	Nº func.
Banespa	8.482.779	1.420.540	149.010	11,25 %	26.240	34.432
Banerj	520.735	101.047	683	23,65 %	13.775	12.000
Banrisul	524.040	246.628	12.697	4,52 %	12.366	10.830
Bemge	240.840	177.288	20.419	1,92 %	15.572	11.389
Credireal	104.785	75.141	484	9,19 %	8.660	3.131
Bancos Privados	Op. Crédito	Pat. Liq.	Lucro	Crédito Duvidoso	Desp.p func.	Nº func.
Bradesco	4.192.133	2.815.243	204.152	2,76 %	8.500	62.580
Itaú	3.129.078	2.017.449	150.722	2,89 %	8.820	39.362

Fonte Original: Austun Assis (1994)

Obs: Os dados acima referem-se ao primeiro semestre de 1994. O volume de crédito de liquidação duvidosa é tomado em relação ao patrimônio líquido e refere-se a atrasos de empréstimos superiores a 60 dias. Os dados monetários expressam-se em dólares.

A primeira observação que decorre da tabela acima, através da visualização de sua quinta coluna, diz respeito ao elevado gasto por funcionário dos bancos estaduais vis à vis o gasto por funcionário dos bancos privados. A uma despesa anual da ordem de 26.240 dólares por funcionário do BANESPA ou de 13.775 dólares do BANERJ contrapõem-se despesas médias de 8.500 dólares do Bradesco e 8.820 dólares do Banco Itaú. A melhor situação relativa do Credireal entre os bancos estaduais traduz o saneamento ao qual tal instituição tem sido submetida recentemente. Como reflexo do fato dos empréstimos dos bancos estaduais, como mostramos na seção anterior, serem predominantemente dirigidos para os tesouros estaduais, cuja situação costuma tornar-se crítica a cada intervalo de quatro anos, quando são realizadas as eleições³, observa-se também no tocante a tais instituições a concentração de créditos duvidosos frente ao patrimônio líquido vis à vis a situação dos bancos privados.

³ O aumento das dificuldades enfrentadas pelos bancos estaduais nos anos de 1982, 1986, 1990 e 1994 constitui-se numa evidência empírica inquestionável a corroborar a tese da má administração destes em períodos de eleição.

APÊNDICE 1

Bancos Comerciais Estaduais

1. Banco do Estado do Acre S.A.
2. Banco do Estado de Alagoas S.A.
3. Banco do Estado do Amapá S.A.
4. Banco do Estado do Amazonas S.A.
5. Banco do Estado da Bahia S.A.
6. BRB - Banco de Brasília S.A.
7. Banco do Estado do Ceará S.A.
8. BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo
9. Banco do Estado de Goiás S.A.
10. Banco do Estado do Maranhão S.A.
11. Banco do Estado de Mato Grosso S.A.
12. Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
13. Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.
14. Banco do Estado do Pará S.A.
15. Banco do Estado do Paraná S.A.
16. Banco do Estado de Pernambuco S.A.
17. Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.
18. Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A.
19. Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
20. Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul
21. Banco do Estado de Rondônia S.A. - BERON
22. Banco do Estado de Roraima S.A.
23. Banco do Estado de Santa Catarina S.A.
24. Banco do Estado de São Paulo S.A.
25. Nossa Caixa-Nosso Banco S.A.
26. Banco do Estado de Sergipe S.A.

VI - SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

A história pregressa de tentativas de saneamento dos bancos estaduais não é nada animadora. Após a crise de 1982 instituiu-se, por meio do voto do Conselho Monetário Nacional de 233/83, de 20.07.93 o Programa de Apoio Creditício (PAC), visando especificamente a solucionar problemas dos bancos dos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina, Goiás, Pará, Amazonas e Alagoas. A despeito dos empréstimos de liquidez efetuados pelo Banco Central a taxas favorecidas, a situação de iliquidez manteve-se na maioria dos casos, tendo o PAC sido substituído pelo Programa de Recuperação Financeira (PROREF) em 1984.

O PROREF foi instituído pelo voto CMN 446/84 de 04.04.84 e previa um ajuste dos bancos estaduais, como contrapartida da ajuda que lhes seria prestada pelo Banco Central. Este ajuste seria baseado no fechamento de agências, redução dos quadros de pessoal, reavaliação das operações ativas dos bancos, bem como na sua capitalização por parte dos governos estaduais. Fixaram-se, visando a um aumento da eficiência operacional, metas que, se cumpridas por parte dos bancos estaduais, dariam origem a transferências diretas efetuadas pelo Banco Central (como, por exemplo, o perdão dos custos dos empréstimos de liquidez a que se referia o voto CMN 384/84 de 16.10.84) aos bancos estaduais. Além deste incentivo ao ajuste destas instituições financeiras, tentou-se também, pelo voto CMN 232/86, de 04.09.86, penalizar os bancos estaduais que não cumprissem as metas pactuadas.

Em detrimento de todos estes esforços efetuados no sentido de resolverem-se os problemas frequentemente associados aos bancos estaduais, as medidas adotadas apresentaram resultados pífios. Dentre as instituições estaduais que se engajaram seja no PAC ou no PROREF, poucas apresentaram melhoras significativas. A maior parte permaneceu operando de forma semelhante àquela que deu origem a seus problemas de liquidez.

Dada a má administração de um banco estadual, gerando desequilíbrios de caixa que ameaçam a sua sobrevivência, o Banco Central do Brasil tem recorrido a dois expedientes visando à sua correção: *regime de administração compartilhada*, criado através do Decreto Lei 2321 de 25.02.87 e a *liquidação extrajudicial*. No primeiro tipo de intervenção, já utilizado para fazer frente a problemas dos bancos dos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia, Pará, Acre,

Maranhão e do banco Credireal de Minas Gerais, o Banco Central designa administradores de sua confiança numa tentativa de reduzir os desacertos do banco.

A liquidação extrajudicial, muito mais incisiva, que a princípio implicaria no fechamento ou na transferência de controle acionário da instituição a ela submetida, não tem se caracterizado, na prática, por esse grau de eficiência. Tome-se por exemplo a liquidação extra judicial do Banco de Alagoas decretada em novembro de 1988 e suspensão em setembro de 1991.

A nosso ver, a solução para o problema dos bancos estaduais deve então envolver *medidas de transição* e *medidas de consolidação*. Estas últimas se dão fundamentalmente através da independência do Banco Central do Brasil e da credibilidade desta instituição na consecução de sua função privativa e precípua, a defesa do valor da moeda.

Dentre as medidas de transição a mais importante reside na administração compartilhada não necessariamente explícita (para não gerar expectativas negativas quanto à saúde financeira de alguns bancos) Banco Central - banco estadual, que permita o saneamento dos ativos e passivos destas instituições. Para o saneamento dos ativos, a primeira providência seria fazer valer para os bancos estaduais, que são tratados de acordo com a Lei 4595 de 1964 de forma semelhante aos bancos privados, a proibição de empréstimos ao seu acionista majoritário, no caso, o respectivo governo estadual⁴. Este procedimento tem sido tentado ultimamente, mas a sua consecução é bastante dificultada quando se consideram os financiamentos indiretos.

Como atestam os números de perda de "floating" e de gastos por funcionário apresentados ao longo deste trabalho, a redução do quadro de pessoal e o fechamento de agências já deviam ter se antecipado, como aconteceu com alguns bancos privados, à própria queda da inflação.

Outra medida fundamental do ajuste da fase de transição reside na capitalização das instituições com patrimônio líquido negativo. Defendemos aí a responsabilização dos acionistas majoritários, no caso os governos estaduais, que venderiam seus ativos (estatais estaduais) para a capitalização e securitização dos créditos de seus respectivos bancos. Esta atitude deveria ser exigida pelo Banco Central logo após o início de qualquer operação temporária de ajuda aos bancos estaduais, como por exemplo no

⁴ Diga-se de passagem, a Constituição de 1988 extrapola esta regra no que diz respeito ao financiamento direto ou indireto do Banco Central do Brasil, uma autarquia federal, ao seu detentor majoritário, o Tesouro Federal. Tal princípio, entretanto não tem sido observado ao pé da letra.

caso recentemente ocorrido da troca de títulos estaduais por títulos federais visando à redução de "spread" pago pelo BANESPA para seu financiamento diário.

Em suma, para os bancos estaduais a solução deve se dar pela intervenção branca ("administração compartilhada") por parte do Banco Central, sendo os gastos do Tesouro Federal (efetuados via o Banco Central) com o saneamento destas instituições devidamente compensados pelos seus acionistas majoritários, os Tesouros Estaduais. Este pagamento dos governos estaduais ao governo central deve se iniciar com a transferência das participações nos bancos estaduais para o Tesouro Federal. Privatização de estatais estaduais com repasse de recursos ao Tesouro Federal e retenção das transferências de impostos da União aos estados podem também ser usados neste processo. O passo seguinte reside na privatização destes bancos e na proibição de se abrirem, por um bom período, novas instituições financeiras congêneres. Esta proibição pode constar da Lei Complementar de Reforma do Sistema Financeiro requerida pelo artigo 192 da Constituição de 1988, cujo projeto já se encontra há mais de três anos em trâmite no Congresso Nacional.

No tocante aos bancos federais, o ajuste deve se iniciar pela capitalização da Caixa Econômica Federal, tendo em vista o passivo a descoberto do FCVS e FGTS, com recursos do programa federal de privatização. Concomitantemente, o Banco do Brasil deve passar por um sério redimensionamento e por uma redefinição de sua atuação e de suas fontes de recursos. Ainda neste primeiro momento, o Banco Meridional deve ser privatizado e o Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia devem ser ao menos transformados em um só banco.

Referências Bibliográficas

- 1) Almeida de Souza, Altino. "Bancos Públicos Estaduais", Banco Central, Mimeo, 1994.
- 2) Araujo, Aloisio, Comunicação Verbal, 1994
- 3) Arida, Persio - Depoimento no Congresso Nacional, Jornal do Brasil, Dezembro de 1994.
- 4) Cysne, Rubens P. "Imposto Inflacionário e Transferências Inflacionárias no Brasil", Ensaio Econômico EPGE nº 219, Anais do Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Belo Horizonte, 1993 e Revista de Economia Política, vol.14, nº 03, julho-setembro de 1994.
- 5) Jornal do Brasil. "Dados relativos ao Relatório Austin Assis", 1994 - edição de 14/12/94
- 6) Papageorgiou, Demetris. "Bancos Estaduais: Experiências e Perspectivas", Banco Central, Anais do Congresso sobre Bancos Estaduais, Rio de Janeiro, 1992.
- 7) Simonsen, Mário H. e Cysne, Rubens P. "Welfare Costs of Inflation: The Case of Interest Bearing Money and Empirical Estimates for Brazil", Mimeo EPGE, 1994.
- 8) Simonsen, Mário H. e Cysne, Rubens P. "Macroeconomia", Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1989.
- 9) Werlang, Sérgio Ribeiro da Costa e Fraga Neto, Armínio. "Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal: Alguns Aspectos.", Mimeo EPGE, 1992.

ENSAIOS ECONÔMICOS DA EPGE

200. A VISÃO TEÓRICA SOBRE MODELOS PREVIDENCIÁRIOS: O CASO BRASILEIRO - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Outubro de 1992 - 23 pág. (esgotado)
201. HIPERINFLAÇÃO: CÂMBIO, MOEDA E ÂNCORAS NOMINAIS - Fernando de Holanda Barbosa - Novembro de 1992 - 10 pág. (esgotado)
202. PREVIDÊNCIA SOCIAL: CIDADANIA E PROVISÃO - Clovis de Faro - Novembro de 1992 - 31 pág. (esgotado)
203. OS BANCOS ESTADUAIS E O DESCONTROLE FISCAL: ALGUNS ASPECTOS - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Arminio Fraga Neto - Novembro de 1992 - 24 pág. (esgotado)
204. TEORIAS ECONÔMICAS: A MEIA-VERDADE TEMPORÁRIA - Antonio Maria da Silveira - Dezembro de 1992 - 36 pág. (esgotado)
205. THE RICARDIAN VICE AND THE INDETERMINATION OF SENIOR - Antonio Maria da Silveira - Dezembro de 1992 - 35 pág. (esgotado)
206. HIPERINFLAÇÃO E A FORMA FUNCIONAL DA EQUAÇÃO DE DEMANDA DE MOEDA - Fernando de Holanda Barbosa - Janeiro de 1993 - 27 pág. (esgotado)
207. REFORMA FINANCEIRA - ASPECTOS GERAIS E ANÁLISE DO PROJETO DA LEI COMPLEMENTAR - Rubens Penha Cysne - fevereiro de 1993 - 37 pág.
208. ABUSO ECONÔMICO E O CASO DA LEI 8.002 - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - fevereiro de 1993 - 18 pág. (esgotado)
209. ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA - Antonio Salazar Pessoa Brandão e Eliseu Alves - Fevereiro de 1993 - 370pág.
210. PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA - Hélio Portocarrero de Castro, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Renato Fragelli Cardoso e Uriel de Magalhães - Março de 1993 - 35 pág. - (esgotado)
211. OS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS E UMA PROPOSTA PARA A REFORMULACAO DO MODELO BRASILEIRO - Helio Portocarrero de Castro, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Renato Fragelli Cardoso e Uriel de Magalhães - Março de 1993 - 43 pág. - (esgotado)
212. THE INDETERMINATION OF SENIOR (OR THE INDETERMINATION OF WAGNER) AND SCHMOLLER AS A SOCIAL ECONOMIST - Antonio Maria da Silveira - Março de 1993 - 29 pág. (esgotado)
213. NASH EQUILIBRIUM UNDER KNIGHTIAN UNCERTAINTY: BREAKING DOWN BACKWARD INDUCTION (Extensively Revised Version) - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Abril de 1993 36 pág.
214. ON THE DIFFERENTIABILITY OF THE CONSUMER DEMAND FUNCTION - Paulo Klinger Monteiro, Mário Rui Páscoa e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Maio de 1993 - 19 pág.

215. DETERMINAÇÃO DE PREÇOS DE ATIVOS, ARBITRAGEM, MERCADO A TERMO E MERCADO FUTURO - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Flávio Auler - Agosto de 1993 - 69 pág. (esgotado).
216. SISTEMA MONETÁRIO VERSÃO REVISADA - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - Agosto de 1993 - 69 pág. (esgotado).
217. CAIXAS DE CONVERSÃO - Fernando Antônio Hadba - Agosto de 1993 - 28 pág.
218. A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO MILITAR - Rubens Penha Cysne - Agosto de 1993 - 50 pág. (esgotado).
219. IMPÔSTO INFLACIONÁRIO E TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS - Rubens Penha Cysne - Agosto de 1993 - 14 pág. (esgotado).
220. PREVISÕES DE M1 COM DADOS MENSAS - Rubens Penha Cysne e João Victor Issler - Setembro de 1993 - 20 pág.
221. TOPOLOGIA E CÁLCULO NO R^n - Rubens Penha Cysne e Humberto Moreira - Setembro de 1993 - 106 pág. (esgotado)
222. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS E INFLAÇÃO: A QUESTÃO DA INDEXAÇÃO - Clovis de Faro - Outubro de 1993 - 23 pág.
223. ESTUDOS SOBRE A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR, vol. 1 - Nelson H. Barbosa, Fábio N.P. Freitas, Carlos F.L.R. Lopes, Marcos B. Monteiro, Antonio Maria da Silveira (Coordenador) e Matias Vernengo - Outubro de 1993 - 249 pág (esgotado)
224. A SUBSTITUIÇÃO DE MOEDA NO BRASIL: A MOEDA INDEXADA - Fernando de Holanda Barbosa e Pedro Luiz Valls Pereira - Novembro de 1993 - 23 pág.
225. FINANCIAL INTEGRATION AND PUBLIC FINANCIAL INSTITUTIONS - Walter Novaes e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Novembro de 1993 - 29 pág
226. LAWS OF LARGE NUMBERS FOR NON-ADDITIVE PROBABILITIES - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Dezembro de 1993 - 26 pág.
227. A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO MILITAR - VERSÃO REVISADA - Rubens Penha Cysne - Janeiro de 1994 - 45 pág. (esgotado)
228. THE IMPACT OF PUBLIC CAPITAL AND PUBLIC INVESTMENT ON ECONOMIC GROWTH: AN EMPIRICAL INVESTIGATION - Pedro Cavalcanti Ferreira - Fevereiro de 1994 - 37 pág.
229. FROM THE BRAZILIAN PAY AS YOU GO PENSION SYSTEM TO CAPITALIZATION: BAILING OUT THE GOVERNMENT - José Luiz de Carvalho e Clóvis de Faro - Fevereiro de 1994 - 24 pág.
230. ESTUDOS SOBRE A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR - vol. II - Brena Paula Magno Fernandez, Maria Tereza Garcia Duarte, Sergio Grumbach, Antonio Maria da Silveira (Coordenador) - Fevereiro de 1994 - 51 pág.(esgotado)
231. ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS AGRÍCOLAS NO BRASIL: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS - Clovis de Faro e José Luiz Carvalho - Março de 1994 - 33 pág.
232. ESTIMATING SECTORAL CYCLES USING COINTEGRATION AND COMMON FEATURES - Robert F. Engle e João Victor Issler - Março de 1994 - 55 pág

233. COMMON CYCLES IN MACROECONOMIC AGGREGATES - João Victor Issler e Farshid Vahid - Abril de 1994 - 60 pág.
234. BANDAS DE CÂMBIO: TEORIA, EVIDÊNCIA EMPÍRICA E SUA POSSÍVEL APLICAÇÃO NO BRASIL - Aloisio Pessoa de Araújo e Cypriano Lopes Feijó Filho - Abril de 1994 - 98 pág. (esgotado)
235. O HEDGE DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA - Aloisio Pessoa de Araújo, Túlio Luz Barbosa, Amélia de Fátima F. Semblano e Maria Haydée Morales - Abril de 1994 - 109 pág.
236. TESTING THE EXTERNALITIES HYPOTHESIS OF ENDOGENOUS GROWTH USING COINTEGRATION - Pedro Cavalcanti Ferreira e João Victor Issler - Abril de 1994 - 37 pág. (esgotado)
237. THE BRAZILIAN SOCIAL SECURITY PROGRAM: DIAGNOSIS AND PROPOSAL FOR REFORM - Renato Fragelli; Uriel de Magalhães; Helio Portocarrero e Luiz Guilherme Schymura - Maio de 1994 - 32 pág.
238. REGIMES COMPLEMENTARES DE PREVIDÊNCIA - Hélio de Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Renato Fragelli Cardoso, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Uriel de Magalhães - Maio de 1994 - 106 pág.
239. PUBLIC EXPENDITURES, TAXATION AND WELFARE MEASUREMENT - Pedro Cavalcanti Ferreira - Maio de 1994 - 36 pág.
240. A NOTE ON POLICY, THE COMPOSITION OF PUBLIC EXPENDITURES AND ECONOMIC GROWTH - Pedro Cavalcanti Ferreira - Maio de 1994 - 40 pág.
241. INFLAÇÃO E O PLANO FHC - Rubens Penha Cysne - Maio de 1994 - 26 pág. (esgotado)
42. INFLATIONARY BIAS AND STATE OWNED FINANCIAL INSTITUTIONS - Walter Novaes Filho e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Junho de 1994 - 35 pág.
43. INTRODUÇÃO À INTEGRAÇÃO ESTOCÁSTICA - Paulo Klinger Monteiro - Junho de 1994 - 38 pág.
244. PURE ECONOMIC THEORIES: THE TEMPORARY HALF-TRUTH - Antonio M. Silveira - Junho de 1994 - 23 pág.
245. WELFARE COSTS OF INFLATION - THE CASE FOR INTEREST-BEARING MONEY AND EMPIRICAL ESTIMATES FOR BRAZIL - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - Julho de 1994 - 25 pág. (esgotado)
246. INFRAESTRUTURA PÚBLICA, PRODUTIVIDADE E CRESCIMENTO - Pedro Cavalcanti Ferreira - Setembro de 1994 - 25 pág.
247. MACROECONOMIC POLICY AND CREDIBILITY: A COMPARATIVE STUDY OF THE FACTORS AFFECTING BRAZILIAN AND ITALIAN INFLATION AFTER 1970 - Giuseppe Tullio e Marcio Ronci - Outubro de 1994 - 61 pág.
248. INFLATION AND DEBT INDEXATION: THE EQUIVALENCE OF TWO ALTERNATIVE SCHEMES FOR THE CASE OF PERIODIC PAYMENTS - Clovis de Faro - Outubro de 1994 - 18 pág.
249. CUSTOS DE BEM ESTAR DA INFLAÇÃO - O CASO COM MOEDA INDEXADA E ESTIMATIVAS EMPÍRICAS PARA O BRASIL - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - Novembro de 1994 - 28 pág. (esgotado)

- 250. THE ECONOMIST MACHIAVELLI - Brena P. M. Fernandez e Antonio M. Silveira - Novembro de 1994 - 15 pág.
- 251. INFRAESTRUTURA NO BRASIL: ALGUNS FATOS ESTILIZADOS - Pedro Cavalcanti Ferreira - Dezembro de 1994 - 33 pág.
- 252. ENTREPRENEURIAL RISK AND LABOUR'S SHARE IN OUTPUT - Renato Fragelli Cardoso - Janeiro de 1995 - 22 pág.
- 253. TRADE OR INVESTMENT ? LOCATION DECISIONS UNDER REGIONAL INTEGRATION - Marco Antonio F.de H. Cavalcanti e Renato G. Flôres Jr. - Janeiro de 1995 - 35 pág.
- 254. O SISTEMA FINANCEIRO OFICIAL E A QUEDA DAS TRANFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS - Rubens Penha Cysne - Janeiro de 1995 - 32 pág.

000062955

